

FAIRCLOUGH, N. *New labor, new language?* London: Routledge, 2000, 178 p.

RESENHADO POR: ERIKA FERREIRA

A compreensão do uso da linguagem nos movimentos políticos é fundamental para enxergá-los criticamente, indo além do que nos é representado. Nas últimas décadas, a relação da política com os meios de comunicação de massa fez com que propostas e programas de governo passassem a ser tratados como produtos e a exploração dos recursos discursivos em favor da construção do político é exacerbada. Há de se concordar com Fairclough, no presente trabalho, que o que antes era um evento político, passou a ser evento midiático e os grandes líderes foram transformados em personalidades da mídia (p. 4). Sendo assim, a linguagem da política atual deve ser observada como articulação, mediada pela imprensa, entre a realidade e o que se quer que a opinião pública apreenda da realidade.

O presente livro é uma crítica à linguagem do Novo Trabalhismo da Inglaterra¹, mas ela deve ser tomada como referência para a análise das novas políticas de centro-esquerda, que vêm crescendo como tendência de ‘conciliação mundial’, comprometidas com o discurso da ‘Terceira Via’: uma alternativa política que tem sido implantada por alguns governos como forma de transcender a antiga divisão entre direita e esquerda, conjugando interesses antes inconciliáveis, como dinamismo econômico e justiça social. Sua justificativa está nas ‘inevitáveis’ mudanças ocasionadas pela globalização. Os que a defendem acreditam que é preciso ajustar o pensamento político à ‘nova ordem econômica mundial’.

Fairclough, tomando por base a interrogação suscitada no próprio título do livro – *New labor, new language?* –, chama os leitores à reflexão, lançando a possibilidade de se considerar o Novo Trabalhismo como um governo apenas retórico, que, por meio da linguagem, mascara o seu “total comprometimento com a economia neo-liberal e com o suporte dado às

iniciativas internacionais em intensificar a tendência rumo à globalização” (prefácio, viii).

Tanto o formato quanto a linguagem do livro fazem jus à posição crítica do autor e à sua intenção em alertar sobre uma política que ele considera ‘perigosa’ (p. 16). Preocupado em atingir um público não só de especialistas em linguagem, ele usa um vocabulário não técnico, acessível aos interessados especificamente em política ou ao tópico de um modo geral. Assim, o livro se divide em uma introdução detalhada; seis capítulos e um glossário, em que categorias analíticas como ‘nominalização’ e ‘modalidade’, definidas em livros anteriores (Fairclough, 1995; 1992), são explicadas sucintamente.

Cabe destacar que o *corpus* é constituído por uma pluralidade de vozes representadas em documentos do Partido Trabalhista, livros, panfletos (favoráveis e oponentes ao Novo Trabalhismo), documentos do Governo, discursos de Tony Blair e outros líderes trabalhistas, discursos de Margaret Thatcher e artigos de revistas escritos por líderes do Novo Trabalhismo. Ainda, uma cuidadosa seleção de palavras-chave é feita. Pequenos históricos sobre as que ocorrem com mais frequência nos textos do Novo Trabalhismo são acrescentados em destaque ao longo do livro (pontos como número de ocorrências, mudanças de sentido e suas implicações são detalhados).

Os Capítulos 1, 2 e 3 tratam especificamente do discurso político da ‘Terceira Via’. O Capítulo 1 – “The Third Way - The political discourse of New Labor” – é dividido em quatro grandes seções que pretendem revelar como o mundo é representado pela posição política do Novo Trabalhismo. Segundo Fairclough, um partido necessita construir uma visão coerente e nítida (o que não significa imutável) de mundo e este não é um processo automático, depende de interesses que algumas vezes põem em risco antigas posturas (p. 21). Nesse sentido, o discurso do Novo Trabalhismo tem se mostrado nem sempre de forma coerente e quase nunca de forma explícita.

A primeira seção – *The global economy* –, baseada na análise de documentos do governo e discursos de Blair, mostra que no discurso da ‘Terceira Via’ “a globalização é pressuposta como algo dado e concluído,

ainda que estudos a tenham como uma tendência irregular e parcial” (p. 27). Recursos como a nominalização, a apassivação e a metáfora são usados para fazer com que os agentes responsáveis pelas mudanças no campo econômico (as corporações multinacionais e a lógica capitalista) sejam apagados e a ‘economia global’ seja apresentada como um fato inevitável e não como um processo construído, passível de resistência e oposição.

A segunda seção – *Competition between nations* – é uma clara evidência do uso ideológico da linguagem. Fairclough explicita, por exemplo, como o Novo Trabalhismo se articula para incorporar em seu discurso, sem causar grande estranhamento, um tema central no governo de Thatcher – ‘a cultura empresarial’. De acordo com o autor, ao contrário do discurso da esquerda, que aponta as multinacionais como principais atores na competição econômica global, o Novo Trabalhismo se refere à competição entre Estados, remetendo à equivalência, já do senso comum, entre país, Estado e comércio (p. 29). Esta idéia apaga as desigualdades relativas à classe trabalhadora e traz uma mudança no desenvolvimento cultural; um exemplo disso é que as práticas pedagógicas passaram a ser voltadas para fortalecer o senso empreendedor das crianças.

A terceira seção – *The national community and civic society* – diz respeito à maneira como a construção de uma identidade nacional corrobora a idéia de competição entre Estados, explorada na Seção 2. O discurso do Novo Trabalhismo, concordando com a política de inclusão da ‘Terceira Via’, é ambivalente e vago no que se refere à construção de uma identidade coletiva, ofuscando a diferença e as desigualdades sociais. A necessidade de fazer com que a Inglaterra se torne mais competitiva globalmente parece encobrir, em sua representação, os conflitos entre a classe trabalhadora da indústria. As idéias de coletivismo e classe social da esquerda tradicional foram abandonadas. O que ocorre é a combinação de um discurso moral com um discurso contratual, fazendo com que a distribuição de direitos e responsabilidades seja interpretada metaforicamente como um contrato ou negócio entre o indivíduo e a sociedade ou entre o indivíduo e o governo (p. 39).

Finalmente, a quarta seção – *The Third Way* – conclui mostrando que “a ‘Terceira Via’ é um discurso político construído por outros discursos” (p. 43). Temas tanto da direita (*patriotismo, responsabilidades e*

empreendimento) quanto da esquerda (*internacionalismo, direitos e combate à pobreza e à discriminação*) são conciliados nos textos do Novo Trabalhismo como parte de um interesse mais amplo. Fairclough destaca, no entanto, que alguns termos da esquerda tradicional têm adquirido um sentido diferente: internacionalismo, que designava um movimento trabalhista internacional de solidariedade, passou a ser usado no sentido de cooperação internacional entre Estados (p. 45); o que reforça uma tendência ao comprometimento com as políticas neo-liberais. O autor critica ainda, citando Anthony Giddens, a concepção da política do Novo Trabalhismo como a única alternativa de transcendência entre direita e esquerda; “o socialismo democrata é uma outra terceira via que as ‘divisões’ do Novo Trabalhismo efetivamente escondem” (p. 48)

O Capítulo 2 – “The Language of ‘Social Exclusion’” –, constituído por quatro seções principais, focaliza a construção da ‘exclusão social’ pelo discurso político da ‘Terceira Via’, “um conceito que é relativamente novo na Inglaterra e representa uma mudança do conceito, previamente dominante, de ‘pobreza’” (p. 51).

A primeira seção – *Social exclusion - condition or process?* – enfoca mais uma vez o uso de recursos lingüísticos para apagamento dos agentes. Desta forma, a exclusão é vista como uma condição em que as pessoas estão e não como uma condição em que foram colocadas pelo desemprego ou outros processos econômicos. A seção seguinte – *Discourses of exclusion and inclusion* – traz a classificação de Levitas (p. 57) para diferentes discursos associados à exclusão social: o *redistribucionista*, centrado na pobreza e no cuidado em reduzir a pobreza por meio da distribuição de renda; o *social integracionista*, que relaciona a exclusão ao desemprego e o processo de inclusão ao trabalho remunerado; e o *moral de classe*², que atribui a exclusão às deficiências culturais dos excluídos e o processo de inclusão à mudança cultural. Por meio de um pronunciamento do Ministro da Seguridade Social (p. 57), Fairclough mostra que o discurso do Novo Trabalhismo é uma combinação dos dois últimos tipos de discursos da classificação apresentado.

A terceira seção – *Cultural governance* – exemplifica mais claramente o foco e a preocupação do governo com a exclusão social como forma de deficiência cultural das classes excluídas. Esta idéia está sempre

implícita nos pronunciamentos: os vocábulos ‘dependência’ e ‘pobreza’ são predominantemente construídos como termos negativos, sendo confrontados com ações do governo como ‘atacar’ e ‘combater’. Isto aponta para a conclusão do capítulo de que o foco nos excluídos da sociedade e nas maneiras de incluí-los, faz parecer que não há desigualdades e conflitos entre os considerados incluídos e que não há nada inerentemente errado na sociedade contemporânea, desde que as políticas públicas sejam implantadas (p. 65).

A quarta e última seção merece destaque pois mostra o cuidado característico do autor em alertar para o perigo de focalizar apenas a linguagem de poder e ignorar as formas de resistência a ela. Depoimentos de três pessoas que trabalham em serviços ilegais demonstram que os excluídos sociais agem de maneira alternativa como reação por serem excluídos. Diferentemente, a representação do Novo Trabalhismo aponta o ‘combate à exclusão social’ como ação dependente do Governo (p. 64).

O Capítulo 3 – “The making of the language of New Labor” – se divide em seis seções e tem por objetivo: 1)relacionar o desenvolvimento do discurso do Novo Trabalhismo com outros discursos políticos, tanto da própria Inglaterra quanto internacionais; 2)mostrar que mesmo com o discurso inclusivo de comunidade nacional, o Novo Trabalhismo não serve a todos os interesses igualmente e que isso ocasiona diferenças políticas e conseqüentemente diferenças discursivas; 3)apresentar o discurso do Novo Trabalhismo como algo que está sempre mudando e se desenvolvendo.

As quatro seções iniciais referem-se ao primeiro objetivo. A primeira – *New Labor and neo-liberalism* – apresenta a aproximação discursiva entre Bill Clinton e a nova democracia americana com Tony Blair; ambos, por exemplo, falam da ‘mudança’ como algo abstrato, externo e inquestionável. A segunda – *New labor and Thatcherism* – evidencia o ‘mascaramento’ do discurso de Blair: enquanto Thatcher representava sua firme postura de maneira polêmica, Blair defende os mesmos interesses com um discurso inclusivo e consensual, cheio de ambigüidades e não ditos. A terceira – *The European Union* – faz referência à incorporação ao discurso do Novo Liberalismo de posturas políticas adotadas pela União Européia; por exemplo, o tratamento dos gastos com educação como ‘investimento’. A quarta seção – *An international neo-liberal discourse?* – trata da mudança

discursiva ocasionada pelo abandono do Estado no que diz respeito à economia: “um aspecto fundamental que faz o Novo Trabalhismo realmente ‘novo’” (p. 76). Um exemplo deste processo é o atual discurso punitivo de Blair em relação ao crime (muito próximo à visão de ‘tolerância zero’ dos Estados Unidos). O que isso significa, segundo Fairclough, é que “os governos têm aceitado a globalização da economia e o argumento neo-liberal – que acarreta uma drástica revisão do estado de bem estar social – e adotado uma atitude punitiva em relação aos que são vítimas das mudanças sociais” (p. 77)

A quinta seção – *Difference and contestation in the field of political discourse* - explicita as mudanças do discurso do Novo Trabalhismo em relação ao discurso do Partido Trabalhista; o que este, por exemplo, concebia como ‘globalização capitalista’, tem sido representado por aquele como ‘nova economia global’. Esta mudança discursiva é entendida pelos críticos como “um discurso neo-liberal mitigado” (p. 80) e isto tem trazido discordâncias e rupturas entre a esquerda e a centro-esquerda.

A última seção do capítulo é intitulada ‘*Change in the political discourse of New Labor*’ e enfoca o processo contínuo de construção do discurso político, em especial o do Novo Trabalhismo, que vem sendo formado por pessoas de diferentes direções e é limitado por diferentes interesses e circunstâncias políticas. Segundo Fairclough, há dois aspectos que servem à qualidade da função política do discurso: o intelectual, relativo à coerência da posição e articulação política; e o retórico, ligado à capacidade de mobilização das pessoas, de captar a imaginação do público (p. 85). Exemplos de discursos de Tony Blair mostram a ‘negociação’ entre estes dois aspectos, de acordo com a situação política em que está situado: recursos como seqüenciamento, equivalência e contraste são usados para articular em um mesmo discurso posições políticas distintas ou semelhantes; e o processo argumentativo, atribuído em grande parte ao desempenho do político, é o meio de persuasão.

No Capítulo 4 – “The rhetorical style of Tony Blair” –, seis seções caracterizam especificamente o estilo político de Tony Blair. São intituladas, respectivamente, ‘*Blair the ‘normal person’*’, ‘*Getting tough*’, ‘*A consensus politician*’, ‘*The conviction politician*’, ‘*Blair’s poetic*’ e ‘*Blair the wartime leader*’. O *ethos*³ do político é avaliado em vários momentos e mostra a habilidade

que ele tem de usar a linguagem de muitas maneiras, operando com diversos gêneros discursivos e mesclando-os de acordo com a situação de interlocução. Uma das principais características de Blair é a fusão da figura política com a figura de ‘pessoa normal’ em seus discursos. O humor, o tom de informalidade e subjetividade e até mesmo o sotaque da classe média do norte do país (origem do político) são reforçados se a intenção é a aproximação com o grande público. Esta representação é compartilhada por Clinton e, segundo Gould (citado na p. 98), “constitui um novo tipo de político” – jovem, admirado pela vitalidade e entusiasmo. Por outro lado, o Primeiro Ministro demonstra autoritarismo e rigidez nas suas convicções políticas, quando necessário, adotando a linguagem usada por antigos líderes, como Churchill e Thatcher. Desta forma, Blair é uma figura construída que “inspira confiança naqueles que se identificam com uma personalidade branca, classe média, jovem, promissora e confiável” (p. 118).

As cinco seções que compõem o Capítulo 5 – “The language of government” – reforçam a afirmação de que “a maneira de governar do Novo Trabalhismo é em parte a maneira de usar a linguagem” (p. 12). As três primeiras – ‘*Corporate populism*’, ‘*Language in New Labor’s form of government*’ e ‘*Partnership*’ – são centradas na visão de que o discurso do Novo Trabalhismo é mais promocional que dialógico; a possibilidade de conexão com as decisões do governo e emissão de opiniões pela Internet, os debates transmitidos nos meios de comunicação de massa e a modernização do governo, baseada em parcerias com as novas assembleias nacionais, governos locais, comércio, setores terceirizados, pesquisas acadêmicas e educação, aparentemente representam uma postura política aberta ao diálogo, mas as condições de ‘trocas’ não constituem diálogos substanciais. De acordo com Fairclough, existe até “espaço para discordâncias e consenso, mas a noção de aliança é inexpressiva” (p. 125). Uma falsa idéia de interatividade é representada, “quando a ‘conversa’ faz alguma diferença, está totalmente fora das mãos daqueles envolvidos” (p. 125).

Nas duas últimas seções – ‘*Media Spin*’ e ‘*Consultation as promotion: the welfare reform Green Paper*’ – o autor se atém às reformas sociais realizadas pelo Novo Trabalhismo, a partir de 1998, e reforça a natureza promocional do discurso do governo. O discurso do *Green Paper*⁴ da reforma evidencia,

se analisado criticamente, o sábio uso da mídia em favor das políticas públicas, já que o documento é uma das principais fontes da imprensa. A sua publicação, em março de 1998, foi precedida por um complexo processo de produção: escolha das propostas, a melhor maneira de representá-las, as expressões que mais favoreceriam aprovação. Pode-se ter no documento ‘uma propaganda’ bem elaborada da reforma da qual ele faz parte.

O sexto e último capítulo do livro – “Rhetoric and reality” – pode ser dividido em três partes: as quatro primeiras seções, a conclusão, e alternativa de propostas. Na primeira e segunda seções – ‘*Discourse and social practices*’ e ‘*Rethoric and truth: Kosovo*’ – o autor remete a aspectos teóricos da análise de discurso a fim de ser mais coerente em sua posição sobre a retórica e a realidade no Novo Trabalhismo (tema do capítulo). De uma maneira menos técnica, a sua concepção de discurso como um dos elementos constitutivos da prática social e não como a própria prática (Chouliaraki e Fairclough, 1999) é explicada e exemplificada. Nas palavras da presente versão, a “prática social é constituída por elementos físicos, sociológicos, psicológicos e pela linguagem (discurso)” (p. 144); sendo que “a linguagem é parte da ação, representa a ação e, ainda, é parte do desempenho, da maneira particular que a pessoa se posiciona na prática” (p. 145). Neste sentido, a dicotomia entre retórica e realidade pode ser entendida como: 1) a dicotomia entre linguagem como parte da ação e outras partes da ação; 2) a dicotomia entre estilo e substância, entre a identidade construída publicamente e a identidade real, ‘por trás da cena’ (p. 145).

As seções subseqüentes, por meio de uma longa análise do pronunciamento de Blair que, em relação ao ataque à Yugoslávia, deturpa a realidade, validam a observação da dicotomia entre retórica e realidade para a contestação e a resistência. Ressalta-se que “falar de diferença entre retórica e realidade é uma maneira de questionar representações particulares da realidade” (p. 155). Fazer oposição, então, é “contestar e oferecer melhores formas de representação, no decorrer das práticas políticas, trabalhando e competindo para a mudança em uma direção particular” (p. 155).

Em sua conclusão, Fairclough reafirma a importância da linguagem na compreensão da política e do governo – práticas sociais em que a linguagem é primordial – em especial, do Novo Trabalhismo, construído sob o efeito da mídia. É com base na linguagem que o autor detalha três pontos fundamentais para que o Novo Trabalhismo “deixe a política e o governo melhores do que encontrou” (p. 159). A saber: diálogo, diferença e honestidade.

A obra é uma prova que Fairclough oferece em relação à validade analítica da sua teoria social do discurso⁵. É, mais ainda, uma resposta prática aos seus críticos – já dada metodologicamente no último modelo analítico, proposto em Chouliaraki e Fairclough, 1999 – de que a Análise de Discurso Crítica é capaz, não só de problematizar, mas também de propor e oferecer soluções. Apesar da linguagem pouco científica, Fairclough não deixa de mostrar rigor em cada passo da análise. Antes, a obra reforça a importância da teoria para que a crítica dos problemas sociais seja levada a público de maneira séria e realmente fortalecedora.

Referências bibliográficas

Chouliaraki, L. & Fairclough, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh University Press, 1999.

Fairclough, N. *Critical discourse analysis*. London and New York: Longman, 1995.

_____. *Discurso e mudança social*. Org., rev. trad. e prefácio à ed. brasileira: Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília (no prelo).

_____. *Language and power*. London and New York: Longman, 1989.

Notas

¹ Governo inglês desde as eleições de 1997.

² Tradução da expressão ‘moral underclass discourse’.

- ³ O livro, em função da sua linguagem não técnica, utiliza a expressão ‘desempenho corporal total’.
- ⁴ “É um documento, no sistema de governo britânico, em que os planos governamentais são expostos para a discussão e consulta pública “ (p. 132).
- ⁵ Fairclough, 1989; 1992; 1995; e Chouliaraki; e Fairclough, 1999.